



Diário da Justiça

Nº 5957 ANO XLVIII CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE SETEMBRO DE 2001 EDIÇÃO DE HOJE - 300 PÁG.

SUMÁRIO

PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATOS DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA
DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA 01
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO 02
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO 03
DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO
CÂMARAS CÍVEIS 03
CÂMARAS CRIMINAIS 09
SEÇÃO DE PREPARO
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO 10
CORREGEDORIA DA JUSTIÇA 21
CONSELHO DA MAGISTRATURA
ESCOLA DA MAGISTRATURA
COMISSÃO INT. CONC. PROMOÇÕES
SISTEMAS DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

TRIBUNAL DE ALÇADA

ATOS DA PRESIDÊNCIA 23
SECRETARIA 23
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DEPARTAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO
PROCESSO CÍVEL 23
PROCESSO CRIME 44
SERVIÇO DE PREPARO
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
DIVISÃO DE REGISTROS E INFORMAÇÕES
COMISSÃO INTERNA DE CONCURSOS E PROMOÇÕES

COMARCA DA CAPITAL

CÍVEL 46
CRIME 119
JUIZADOS ESPECIAIS 119

COMARCA DO INTERIOR

CÍVEL 122
CRIME 217
JUIZADOS ESPECIAIS 220

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 221
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL 221
JUSTIÇA ELEITORAL 221
JUSTIÇA DO TRABALHO 223
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
JUSTIÇA MILITAR
JUSTIÇA FEDERAL 235

EDITAIS JUDICIAIS

CAPITAL 280
INTERIOR 281
DIVERSOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DA MAGISTRATURA

PORTARIA Nº 0976 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve

CONVOCAR

o Desembargador LUIZ CEZAR DE OLIVEIRA, membro deste Tribunal de Justiça, para substituir, no Órgão Especial, o Desembargador José Wanderlei Resende, a partir de 03 de setembro do ano em curso, durante seu afastamento.

Curitiba, 30 de agosto de 2001.

VICENTE TROIANO NETTO
Presidente

PORTARIA Nº 0977 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 94.284/2001, resolve

AUTORIZAR

a Doutora ANÉSIA EDITH KOWALSKI, Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Colombo, a celebrar o casamento civil de MARIA JOANA BUENO e JOSÉ ANTONIO LUCCHESI, a realizar-se no dia 01 de setembro do ano em curso, na cidade de Marilândia do Sul/Pr.

Curitiba, 30 de agosto de 2001.

VICENTE TROIANO NETTO
Presidente

PORTARIA Nº 0978 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 93.447/2001, resolve

AUTORIZAR

os magistrados abaixo nominados a se afastarem das respectivas sedes, nos períodos adiante descritos, para, pelos motivos especificados, presidirem audiências nas comarcas a seguir relacionadas:

- I - Doutor ALEXANDRE WALTRICK CALDERARI, Juiz Substituto da 32ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Francisco Beltrão:
a) - dias 04 e 12/07/2001 - Comarca de REALEZA, em virtude das férias do titular, Doutor Fabiano Berbel
b) - dia 18/07/2001 - Vara Cível da Comarca de DOIS VIZINHOS, em virtude das férias do titular, Doutor Rodrigo Brum Lopes

II - Doutor DOUGLAS MARCEL PERES, Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Arapongas:

- a) - dia 15/08/2001 - Vara Cível da Comarca de COLORADO, em virtude do impedimento do titular, Doutor Claudio Camargo dos Santos
b) - dia 17/08/2001 - Comarca de CENTENÁRIO DO SUL, em virtude da licença para tratamento de saúde concedida à titular, Doutora Roseli Maria Geller

III - Doutor GUILHERME CUBAS CESAR, Juiz Substituto da 34ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Paranavaí:

- a) - dia 19/06/2001 - Comarca de ALTO PARANÁ, em virtude da suspeição do titular, Doutor Valmir Graciano
b) - dia 29/06/2001 - Comarca de TERRA RICA, em virtude da suspeição do titular, Doutor Luiz Henrique Trompczynski

IV - Doutor JOÃO BATISTA SPANIER NETO, Juiz Substituto da 61ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Ibaiti:
- dia 13/08/2001 - Comarca de CURIÚVA

V - Doutor MARCELO DE RESENDE CASTANHO, Juiz Substituto da 43ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Jacarezinho:

- a) - dia 11/07/2001 - Comarca de CARLÓPOLIS, em virtude das férias da titular, Doutora Joana Tonetti Biazus
b) - dia 24/07/2001 - Comarca de RIBEIRÃO CLARO, em virtude das férias do titular, Doutor Silvio Hidaki Yamaguchi.

Curitiba, 30 de agosto de 2001.

VICENTE TROIANO NETTO
Presidente

PORTARIA Nº 0979 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 93.420/2001, resolve

CONCEDER

aos magistrados, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, de acordo com o artigo 85, inciso I, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado:

Magistrado	nº de dias	a partir de
a) ADRIANA DE LOURDES SIMETTE, então Juíza Substituta da 59ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Telêmaco Borba	15	18/08/2001
b) ANA PAULA KALED ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Guarapuava	01	13/08/2001
c) JOSÉLY DITTRICH RIBAS, Juíza de Direito Substituta da Comarca de Curitiba	01	14/08/2001
d) JURANDYR REIS JUNIOR, Juiz de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da Comarca de Maringá	01	13/08/2001
e) RENATO BRAGA BETTEGA, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Curitiba	04	06/08/2001
f) ROSELI MARIA GELLER, Juíza de Direito da Comarca de Centenário do Sul	01	17/08/2001

Curitiba, 30 de agosto de 2001.

VICENTE TROIANO NETTO
Presidente


AVISO

OS PAGAMENTOS DOS SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ASSINATURAS DESTINADOS AO

Departamento de Imprensa Oficial do Estado-DIOE, CNPJ Nº 76.437.383/0001-21

Deverão ser efetivados mediante a quitação de boleto bancário ou através de depósito em c/c, a saber:
BANCO ITAÚ S/A - Ag. 3904 (PAB SEAB) - C/C 00918-4

de Alcantara Bulcão, brasileira, casada, empresária, Carteira de Identidade nº 3.443.0001FP/RJ, CPF/MF nº 487.552.817-53, residente e domiciliada na Avenida Epitácio Pessoa nº 2214 - Apto. 404 - Lagoa - Rio de Janeiro/RJ.


Des. TADEU MARINO LOYOLA COSTA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Digníssimo Juiz de Direito
JJB/LCB


CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Curitiba, 22 de agosto de 2001

D.J.
Ofício Circular nº 132/01
Protocolo nº 85.321/01
Assunto: Remoção de Presos.

Senhor Juiz

Atendendo pedido do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo, consubstanciado pelo ofício nº 2358/ACF/DEGE 5.3, levo ao conhecimento de Vossa Excelência o conteúdo do Parecer, cuja cópia segue anexa.


Des. TADEU MARINO LOYOLA COSTA
Corregedor-Geral da Justiça

Excelentíssimo Senhor
Digníssimo Juiz de Direito
JJB/LCB

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Corregedoria Geral da Justiça - Prot. CG nº 3488/2001
Fls. - 1

(376/2001-1)

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor
Geral da Justiça:

Trata-se de expediente encaminhado pelo MM Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Campinas contendo proposta no sentido de que seja uniformizado por todas as EE Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados, o procedimento de remoção de presos de outras unidades da Federação para o Estado de São Paulo.

Noticiou o eminente Magistrado (fls.106/111) que "delinquentes, mediante falsificação de vários documentos, dentre estes "autorizações" do Delegado Seccional de Polícia de Campinas, do Diretor Geral da Penitenciária I, de Hortolândia, e do MM Juízo da Comarca de Sumaré, Dr. Luís Maurício Sodré de Oliveira, o qual sequer era o competente para a realização do ato - dirigiram-se ao r. Juízo de Direito da 6ª Vara Penal da Comarca de Belém, Estado do Pará, requerendo, em síntese, autorização judicial para transferência dos presos ali identificados - consigne-se, por oportuno, ambos foragidos de estabelecimentos prisionais deste Estado de São Paulo, um deles cumprindo pena por latrocínio e outro por homicídio e tráfico ilícito de entorpecentes - obtendo, então, pronunciamento jurisdicional favorável à luz do disposto no artigo 103, c.c. o artigo 86, ambos da Lei de Execução Penal".

Informou ainda que pelo que se pôde constatar, não foi levado a efeito qualquer tipo de controle, nem mesmo informal, como por exemplo um simples contacto telefônico entre as autoridades judiciárias envolvidas, com vistas à confirmação da autenticidade dos documentos apresentados ao MM Juízo que expediu a autorização da remoção.

Somente não passou incólume o ocorrido porque os falsários perderam os documentos falsos, no interior das dependências do Aeroporto de Campinas, os quais foram encontrados por funcionários da Infraero e encaminhados à autoridade policial.

A vista do exposto houve por bem o inclito Magistrado em propugnar a normatização de procedimentos com vistas a dirimir essas questões (fls. 106/111).

É o relatório.

OPINIO.

De fato problemas desse jaez, infelizmente vêm ocorrendo com certa frequência comprometendo a autoridade das decisões judiciais, vulnerando a segurança que deve permear as relações jurídico - procedimentais, e o que é mais grave, expondo a Justiça à sanha de seus detratores.

O núcleo da manifestação apresentada pelo douto Magistrado da Comarca de Campinas, preconiza um entendimento entre todas as Egrégias Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados da Federação Brasileira, no sentido de que seja estabelecida uma disciplina uniforme quanto aos procedimentos que devam ser adotados entre os Juízos, a fim de verificar a autenticidade das determinações judiciais nos casos de remoção definitiva, ou mesmo de transferência provisória de presos custodiados entre Estados, sem embargo do encaminhamento definitivo do processo de execução ao Juízo do lugar em que se encontre recolhido preso o sentenciado, e a elaboração de uma lista nacional contendo a identificação completa dos Magistrados responsáveis pelas Execuções Criminais e Corregedoria dos Presídios de todas as Comarcas brasileiras.

Pese embora digna dos mais efusivos encômios posto vanguardista, a r. proposta apresentada parece encontrar obstáculos à sua implantação na própria envergadura dos sistema que preconiza, não sendo de olvidar que o Brasil é um país cujo território assume dimensões continentais, e portanto permeado por diferenças regionais acentuadas que criam óbices a integração de procedimentos mesmo os mais simples como aquele que nesta sede está sendo examinado.

E tais dificuldades de integração podem comprometer ainda mais a autoridade, não só da proposta, mas das decisões judiciais, principalmente retardando o seu cumprimento na hipótese por exemplo, da não integralização, por qualquer motivo do sistema.

Ademais estamos vivendo - e os fatos noticiados dão prova disso - um período de inquietação na área da segurança pública em que estão permanentemente expostos a risco as autoridades por ela responsáveis - donde não se há de excluir os Magistrados - de modo que a elaboração de uma listagem nacional contendo dados pessoais de Magistrados, se não for dotada de vários controles de segurança a fim de evitar-lhe desvios de finalidade e sua divulgação indevida, certamente em muito agravaria a situação risco a que estão expostos os Juizes de um modo geral no Brasil. É essa certeza, hoje, face às constantes necessidades de se proceder a ajustes orçamentários não se pode lograr.

No Estado de São Paulo é certo que as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, no Capítulo V, Subseções I e II, itens 36 a 40, e 41 a 69, conferem maior segurança aos procedimentos de remoção

de presos entre Presídios, Cadeias Públicas, como também em relação ao cumprimento de alvarás de soltura e mandados de prisão, intimação, apresentação em audiências, e mesmo de remoção definitiva de presos entre Comarcas.


Contudo na medida em que também se objetiva *ad cautelam* que os Juízos dos outros Estados verifiquem a autenticidade das determinações judiciais daqui emandas nos casos supra elencados, é que peço vênha a Vossa Excelência, como de resto ao Meritíssimo Juiz da Comarca de Campinas para propor sejam oficiadas todas as E.E. Corregedorias Gerais da Justiça dos Estados brasileiros, solicitando, após anotar a perspectiva da falsificação de determinações judiciais deprecando a transferência provisória ou mesmo a remoção definitiva de presos para este Estado de São Paulo, que seja recomendado aos Juízos das Execuções Criminais de suas Comarcas, que antes do cumprimento dessas precatas ou mandados de recambiamento sejam contactados via fax, telex, ou por qualquer outro meio idôneo de comunicação o Juízo expedidor da ordem a fim de certificar-se a sua autenticidade.

Proponho ainda seja oficiado aos DD Secretário de Estado da Segurança Pública e Delegado Geral de Polícia, com cópia do presente parecer se aprovado, solicitando imediatas providências no sentido de que sejam também recomendadas cautelas quanto à identificação dos agentes policiais encarregados da escolta durante a execução em outros Estados de ordens judiciais, encarecendo ainda comunicação a esta Corregedoria Geral das aludidas medidas.

Este é o parecer que respeitosamente submeto à elevada consideração de Vossa Excelência.

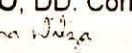
"Sub Censura"

São Paulo, 12 de junho de 2001


ULYSSES DE OLIVEIRA GONÇALVES JUNIOR
Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Corregedoria Geral da Justiça

CONCLUSÃO

Em 18 de junho de 2001, faço estes autos conclusos ao Desembargador LUÍS DE MACEDO, DD, Corregedor Geral da Justiça. Eu,  (Mirna Dilza Souza Rosa) Escrevente, subscrevi.
Prot. CG nº 3.488/01

Acolho, por seus fundamentos, que adoto, o parecer da Assessoria.

Proceda-se como alvitrado.

São Paulo, 18.6.01.

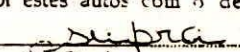

LUÍS DE MACEDO

Corregedor Geral da Justiça

DATA

Em 06 de 06 de 2001

recebi estes autos com o despacho


Escrevente

TRIBUNAL DE ALÇADA

ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 198/2001

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 97169/2001, resolve:

DESIGNAR

o Excelentíssimo Senhor Juiz Idevan Batista Lopes, e os Bacharéis Scheilla de Lara Marçal e Benedito Luciano de Souza Filho, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância, de que tratam os artigos 308 e seguintes da Lei Estadual nº 6174/70, a fim de apurarem os fatos narrados no protocolado acima.

Curitiba, 24 de agosto de 2001.

Onésimo Mendonça de Anunciação
Presidente

PORTARIA Nº 199/2001

O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 99554/2001, resolve:

MANTER À DISPOSIÇÃO

do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, Graziela Pinto Maia, matrícula nº 5214, Assessor Jurídico nível F-8, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, até 31 de dezembro de 2001.

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Onésimo Mendonça de Anunciação
Presidente

SECRETARIA

ORDEN DE SERVIÇO Nº 414/2001

O Secretário do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 98820/2001, resolve:

SUSPENDER

por necessidade do serviço e a partir do dia 24 de agosto do corrente ano, a licença especial concedida a Roseli Canizares Gimenez Kania, matrícula nº 5318, Agente de Conservação nível B-6, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, concedida pela Ordem de Serviço nº 409/2001, relativa ao quinquênio compreendido entre 7 de maio de 1995 e 6 de maio de 2000,

assegurando-lhe o direito de usufruir oportunamente 86 (oitenta e seis) dias restantes.

Curitiba, 27 de agosto de 2001.

Casso Martins Vieira
Secretário

ORDEN DE SERVIÇO Nº 415/2001

O Secretário do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 100862/2001, resolve:

CONCEDER

Gustavo Távora Rodrigues, matrícula nº 5510, Oficial Judiciário nível C-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Tribunal, 25 (vinte e cinco) dias restantes de férias legais alusivas ao exercício de 2001, assegurados pela Ordem de Serviço nº 143/2001, a partir do dia 10 de setembro do corrente ano.

Curitiba, 29 de agosto de 2001.

Casso Martins Vieira
Secretário

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Resenha nº 12/2001-TA
Resenha da sessão de julgamento realizada aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e um (30/08/2001), na Sede da Secretaria do Tribunal de Alçada do Paraná, na Av. Cândido de Abreu nº 830, Centro Cívico, nesta Capital.

Protocolo nº 080004/2001-TAPR.
Licitação Pública nº 09/01, modalidade Convite nº 07/01
Tipo: Menor Preço
Objeto: Aquisição de materiais gráficos diversos.

A Comissão de Licitação designada pela Portaria nº 103/2001-TAPR, após análise detida da documentação e julgamento das propostas comerciais, RESOLVE:

I - INABILITAR - a empresa:

a) Ingrá Indústria Gráfica Ltda., por descumprir o item 1.4 do Capítulo IV do Edital.

II - HABILITAR - Todas as demais empresas participantes do certame, a saber:

Gráfica Radial Ltda.; Xinef Gráfica Editora Ltda.; Gráfica Capital Ltda.; Primagraf Indústria Gráfica Editora Ltda. e Graf-Thur Indústria Comércio e Editora Ltda.

III - DESCLASSIFICAR a empresa Gráfica Capital

Ltda. nos lotes 16 e 26, por ter extrapolado o valor máximo previsto no Edital.

IV - CLASSIFICAR - Todas as empresas habilitadas

supracitadas.

V - JULGAR VENCEDORAS - no presente Convite nº

07/01-TAPR, por atenderem os requisitos previstos no Edital, ex vi do exarado na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores, as empresas:

a) Gráfica Radial Ltda., nos lotes: 01, por R\$ 320,00; 06 por R\$ 190,00; 07, por R\$ 599,00; 18, por R\$ 162,00; 19, por R\$ 162,00; 24, por R\$ 185,00; 30, por R\$ 6.540,00 e 31, por R\$ 5.985,00.

b) Xinef Gráfica Editora Ltda., nos lotes: 03, por R\$ 190,00; 13, por R\$ 246,00; 23, por R\$ 1.218,00; 27, por R\$ 258,00 e 29, por R\$ 220,00.

c) Gráfica Capital Ltda., nos lotes: 22, por R\$ 139,00; 25, por R\$ 1.028,00 e 32, por R\$ 35,00.

d) Primagraf Indústria Gráfica Editora Ltda., nos lotes: 02, por R\$ 185,00; 05, por R\$ 308,00; 08, por R\$ 585,00; 09, por R\$ 740,00; 10, por R\$ 1.080,00; 11, por R\$ 280,00; 14, por R\$ 410,00; 15, por R\$ 740,00; 16, por R\$ 410,00; 17, por R\$ 410,00; 26, por R\$ 2.100,00 e 33, por R\$ 160,00.

e) Graf-Thur Indústria Comércio e Editora Ltda., nos lotes: 04, por R\$ 140,00; 12, por R\$ 210,00; 20, por R\$ 600,00; 21, por R\$ 200,00; e 28 por R\$ 380,00.

VI - SUGERIR À ADJUDICAÇÃO as empresas

vencedoras no pleito dos objetos licitados.

VII - Decorrido o prazo recursal, Art.109, § 6º da

supracitada Lei Federal, à elevada apreciação do Exmo. Dr. Juiz Presidente. Curitiba, 30 de agosto de 2001.

Bel. Isabel Jacomel Bel. Mauro Macedo Cáril João D. Głobeski

DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO

DIVISÃO DE PROCESSO CÍVEL

Tribunal de Alçada do Paraná
1ª Divisão Cível
Pauta de Julgamento do dia 11/09/2001 às 13:30
Sessão Ordinária - Primeira Câmara Cível

Emitido em 31-08-2001 13:24

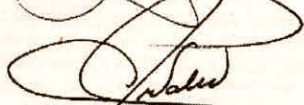
Relação Nº 2001.02010 de Publicação.

Pauta de Julgamento da sessão ordinária da Primeira Câmara Cível a realizar-se em 11/09/2001 às 13:30 horas, ou sessões subsequentes.

INDICE DE ADVOGADOS

Table with columns: Advogado, Ordem, Processo. Lists various lawyers and their associated case numbers.

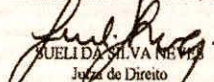
qualificado, e expedido o presente edital que vai afixado em lugar público de costume no saguão do Fórum deste Juízo. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ivaiporã, Estado do Paraná, em 27 de Agosto de 2001. Eu, SUELDA SILVA NEVES, Auxiliar de Cartório Criminal, o digitei e subscrevi.


CARLA PEDALINO
Juiza de direito

COMARCA DE IMBITUVA

JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IMBITUVA
EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA)

FAZ SABER a quem o presente edital interessar, com o prazo de 30 (trinta) dias, que não sendo possível CITAR pessoalmente os executados MADEIREIRA ROPKE LTDA (CNPJ/MF n.º 85.519.387/0001-40), DERLI VALDO ROPKE (CPF/MF n.º 195.472.859-04) e NELLI EVANI HORNBACH ROPKE (CPF/MF n.º 580.373.149-87), pelo presente CITA-OS nos termos dos processos n.ºs 069/2000 e 035/2001 de EXECUTIVOS FISCAIS, em que é exequente FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e executados MADEIREIRA ROPKE LTDA (CNPJ/MF n.º 85.519.387/0001-40), DERLI VALDO ROPKE (CPF/MF n.º 195.472.859-04) e NELLI EVANI HORNBACH ROPKE (CPF/MF n.º 580.373.149-87), pelo inteiro conteúdo das presentes execuções, sendo a natureza da dívida o saldo devedores do ICMS não recolhidos no prazo regulamentar, com juros, multas, e atualização monetária e outros embargos, referente certidões de dívidas ativas n.º 02437262-6, data da inscrição 07/06/2000, n.º 02456239-5, n.º 02456240-9, n.º 02456243-3, n.º 02456244-1, n.º 02456245-0, n.º 02456247-6, 02456248-4, todas inscritas em 24/08/2000, e para que paguem em 05 (cinco) dias a importância do principal: Autos n.º 069/2000 R\$ 7.655,77 e Autos n.º 035/2001 R\$ 45.722,57, mais os acréscimos legais, ou para que no mesmo prazo ofereça bens à penhora, sob pena de a mesma ser feita compulsoriamente, tudo conforme despachos proferidos por este Juízo, os quais tem o seguinte teor - DESPACHO DE FLS. 05: "AUTOS N.º 069/2000. 1. Cite-se para, em 05 (cinco) dias, pagar os valores constantes na inicial ou garantir a execução, sob pena de constrição judicial, na forma do inciso I, do artigo 8º, da Lei n.º 6.830/80, com as prerrogativas do artigo 172, § 2º, do CPC. 2. Para pronto pagamento fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o débito corrigido. Intimem-se. Imbituva, 08 de setembro de 2.000. (a) SUELDA SILVA NEVES - Juiza de Direito". - DESPACHO DE FLS. 62: "AUTOS N.º 069/2000. 1 - Trata-se de pedido de inclusão na relação processual, em execução fiscal movida pela Fazenda Pública do Estado do Paraná contra MADEIREIRA ROPKE LTDA, pessoa jurídica, dos sócios-gerentes Derli Valdo Ropke, inscrito no CPF/MF sob o n.º 195 472 859-04 e Nelli Evani Hornbach Ropke, inscrita no CPF/MF sob o n.º 580 373 149-87. II - O pedido deve ser deferido nos termos do art. 135 do Código Tributário Nacional, em cumprimento do art. 2º, § 5º, I, da Lei n.º 6.830/80, admitindo a jurisdição que a responsabilidade do sócio seja imputada posteriormente à formação do título, podendo a Fazenda Pública, voltar-se contra o responsável, ainda que na inicial não tenha sido incluído no polo passivo. Neste sentido já manifestou-se a 2ª Turma do S.T.J.: "Ajuizada a execução fiscal contra sociedade por quotas de responsabilidade limitada, e não localizados bens desta suficientes para o adimplemento da obrigação, pode o processo ser redirecionado contra sócio-gerente, hipótese em que este deve ser preliminarmente citado em nome próprio para se defender da responsabilidade imputada, cuja causa o credor deve traduzir em petição clara e precisa". III - Isto posto, DEFIRO o pedido para incluir no polo passivo de relação processual, a pessoa dos sócios-gerentes Derli Valdo Ropke e Nelli Evani Hornbach Ropke. IV - Façam-se as anotações necessárias. V - Cite-se na forma requerida, para pagamento ou nomeação de bens no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do disposto no artigo 8º, inciso 8º, da Lei n.º 6.830/80, ou no mesmo prazo, indicar bens à penhora, sob pena de constrição judicial (Lei n.º 6.830/80, art. 10) Para pronto pagamento, fixo honorários advocatícios em 10% (dez) por cento, sobre o valor do débito corrigido. VI - Oficie-se como requer (fls. 55). Intimem-se. Imbituva, 02 de agosto de 2001. (a) SUELDA SILVA NEVES - Juiza de Direito". Imbituva, 08 de Agosto de 2001. EU, SUELDA SILVA NEVES, ALCIRAN CLAUDIO PEDROSO, escrivão, digitei e subscrevi.


SUELDA SILVA NEVES
Juiza de Direito

R\$ 93,50

COMARCA DE IRATI

JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IRATI - PARANÁ.
CARTÓRIO CÍVEL COMERCIO E ANEXOS.
EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de trinta (30) dias.

Processo n.º 054/2000 de EXECUÇÃO FISCAL

Exequente: A UNIÃO

Executada: IRONI DE APARECIDA VERETA MACHADO (CGC/MF sob n.º 78.764.412/0001-95), na pessoa de seu representante legal, tendo como SÓCIA - SRA. IRONI DA APARECIDA VERETA MACHADO; para que, em cinco (05) dias efetue o pagamento da importância de R\$ 2.603,76 (dois mil, seiscentos e três reais e setenta e seis centavos), e demais cominações legais, ou nomeie bens à penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens, quantos bastem para garantir o valor da execução, e para que, querendo no prazo legal de trinta (30) dias, apresentar embargos, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados na petição inicial, tudo de conformidade com os artigos 231, inciso II e 232 do Código de Processo Civil e artigo 8º inciso IV da Lei de Execuções Fiscais (Lei 6.830/80). O QUE CUMPRE-SE na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Irati, Estado do Paraná, aos seis (06) dias do mês de Agosto de dois mil e um. Eu, ANGELA MARIA MACHADO COSTA (Halyna Hololob Konowalenko), Escrivã, que digitei e subscrevi.


ANGELA MARIA MACHADO COSTA
JUÍZA DE DIREITO

COMARCA DE IVAIPORÃ

COMARCA DE IVAIPORÃ
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IVAIPORÃ
ESTADO DO PARANÁ
DIREÇÃO DO FÓRUM

EDITAL DE ABERTURA DE CONCURSO PARA REMOÇÃO PARA PREENCHIMENTO DO CARGO DE OFICIAL DO 2º TABELIONATO DE NOTAS DA COMARCA DE IVAIPORÃ-PARANÁ.

O Doutor Alexandre Kozzechen, MM. Juiz de Direito Diretor do Fórum da Comarca de Ivaiporã, Estado do Paraná, tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de conformidade com as disposições do Regulamento do Concurso para ingresso e remoção para as atividades notariais e de registros, com observância das disposições do Acórdão n.º 8510 do Conselho da Magistratura, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER a quem possa interessar que pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da primeira publicação, no órgão oficial, excluindo-se o primeiro e incluindo-se o último dia útil encontram-se abertas as inscrições de Concurso para Preenchimento do 2º Tabelionato de Notas, desta Comarca de Ivaiporã - PR, pelo critério de REMOÇÃO.

DA INSCRIÇÃO

O interessado deverá dirigir requerimento ao Juiz de Direito Presidente do Concurso, juntando desde logo: a) fotocópia da identidade autenticada; b) comprovante de que o candidato é titular de serventia e que exerce a atividade por mais de dois anos; c) instrumento de mandato público ou particular, no caso de inscrição realizada por procuração; d) endereço completo para o fim de intimação; e) indicação de fontes de referências pessoais; f) declaração de que tem conhecimento e se submete às prescrições do regulamento do concurso e que possui condições de indicar, após a realização do concurso no caso de vir a ser classificado os seguintes documentos: 1) certidão de registro civil; 2) certidão comprobatória de gozo dos direitos civis e políticos fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral; 3) certificado de reservista ou documento equivalente para comprovar a quitação com o serviço militar; 4) laudo médico fornecido por órgão oficial do Estado, do qual conste que o candidato, após ter sido examinado por junta médica constituída por (03) três médicos está apto física e mentalmente para exercer a função pública; 5) certidão dos distribuidores cíveis e criminais da Justiça Estadual e Justiça Federal, bem como de protesto dos locais em que o candidato manteve domicílio nos últimos dez (10) anos; 6) certidão negativa de condenação passada em julgado, por crime ou contravenção; 7) que consubstancie comprometimento de ordem ética e moral; 7) comprovante da condição de titular da serventia e que exerce a função por mais de dois anos.

Ao dar entrada ou remeter o requerimento de inscrição, o interessado providenciará o recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 25,00, Junto à Agência do Banco Itaú em favor do FUNREJUS, em guia própria do FUNREJUS que poderá ser retirada no Fórum de Ivaiporã.

Do local de Inscrição: Fórum da Comarca de Ivaiporã - Rua Rio Grande do Norte, n.º 1090 - Cep. 86.870-000 - de Segunda a Sexta-feira, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Outras Informações pelo telefone 0xx43-472-1700.

II - DO CONCURSO

O concurso consistirá em duas etapas, consistindo a primeira de prova escrita e a Segunda no concurso de títulos, assim discriminadas:

1) A prova escrita do concurso, com duração máxima de 04 (quatro) horas, versará sobre as seguintes disciplinas: A) Direito Civil; b) Direito Processual Civil; c) Direito Penal; d) Direito

Administrativo; e) Direito Constitucional; f) Lei de Registros Públicos; g) Lei dos Notários e Registradores; h) Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná; i) Regimento de Custas; j) Código de Normas da Corregedoria da Justiça.

A prova de conhecimento consistirá em questões práticas/e ou teóricas formuladas pela Banca Examinadora, que poderá desdobrá-las em quantas forem necessárias para melhor aferição dos conhecimentos intelectuais e técnicos dos candidatos. A prova teórica consistirá em perguntas sobre noções de Direito conforme as disciplinas já mencionadas e a prova prática consistirá na redação de ofícios, editais, termos, instrumentos e certidões, sobre os atos próprios da escrivania.

O domínio da língua portuguesa será avaliado como critério de correção das provas escritas.

Concluída a etapa da prova escrita, os candidatos aprovados com a nota mínima de 5 (cinco) pontos, deverão apresentar seus títulos, no prazo de 05 (cinco) dias, para apreciação da banca Examinadora.

Constituem prova de títulos: I) cada período de (5) cinco anos ou fração superior a trinta (30) meses, de exercício, após a aprovação em concurso, de qualquer carreira que exija título de bacharel em direito: 1,0 (um) ponto; II) cada período de cinco (05) anos ou fração superior a trinta (30) meses de exercício de titularidade de serviço extrajudicial: 1,0 (um) ponto; III) cada período de (5) cinco anos ou fração superior a trinta (30) meses de exercício, prestado como juramentado em serventia notarial ou de registro: 0,5 (cinco décimos) de ponto; IV) aprovação em concurso de ingresso ou remoção em serviço notarial e de registro: 0,5 (cinco décimos) de ponto; V) exercício comprovado da atividade de Juiz Leigo ou de Conciliador dos Juizados Especiais, por período igual ou superior a 01 (um) ano: 0,2 (dois décimos) de ponto; VI) apresentação de tese aprovada em congresso relacionado à atividade notarial ou de registro, quando publicada em revista especializada: 0,1 (um décimo) de ponto, independente do número de participações; VII) participação em encontro, simpósio ou congresso sobre temas ligados aos serviços notariais e de registro, mediante a apresentação de certificado de aproveitamento: 0,1 (um décimo) de ponto, independente do número de participações.

A nota final será obtida pela média aritmética das notas da prova escrita, que terá peso 08 (oito) e a soma dos pontos dos títulos, que terão o valor máximo de 10 (dez) pontos e o peso 02 (dois), multiplicando-se por seus respectivos pesos e dividindo o resultado por 10 (dez).

Considerar-se-á aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, média final 05 (cinco).

As matérias da prova constante do item I do art. 29 do regulamento do concurso (Acórdão n.º 8510 do Conselho da Magistratura), serão atribuídas, para cada uma delas, notas de 01 (um) a 10 (dez), sendo eliminado o candidato que não obtiver nota 05 (cinco), por matéria, nas seguintes disciplinas: Lei dos Registros Públicos, Lei dos Notários e Registradores, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, Regimento de Custas e Código de Normas da Corregedoria da Justiça.

O candidato deverá exibir o protocolo de inscrição e documento de identidade para ter ingresso nos locais de realização das provas. A ausência do candidato, na hora e local designados, seja qual for o motivo, implicará no cancelamento de sua inscrição. Não será permitida qualquer consulta quando da realização das provas, sendo proibido ao candidato utilizar-se de qualquer texto legal ou anotação. É vedado ao candidato assinar a prova, escrever seu nome, número de inscrição ou apor qualquer sinal que possa identificá-lo, em lugar não indicado para essa finalidade, sob pena de anulação da mesma e conseqüente eliminação do concurso.

III - DO EMPATE

Havendo empate entre os candidatos a precedência na classificação será decidida da seguinte forma.

